



RECAMPESINIZAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO CAMPESINATO, ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO PARANÁ (MMC/PR)

Recampesination and re-signification of peasantry, through the action of the movement of peasant woman from Paraná (MMC/PR)

Renata Rocha Gadelha¹, Antônio Inácio Andrioli² e Siomara Aparecida Marques³

RESUMO

O objetivo geral deste artigo foi analisar se a participação de mulheres no Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (MMC/PR), através do processo de empoderamento e conscientização que o MMC propicia, contribuiu para que estas pudessem manifestar suas percepções agroecológicas e colocá-las em prática. Devido à divisão sexual do trabalho, historicamente, as mulheres desenvolveram percepções mais ecológicas. Todavia, a mesma cultura que permitiu a conservação desses saberes é uma cultura enraizada em relações de opressão. Sendo assim, mesmo tendo esses saberes, essas mulheres não participam no planejamento produtivo. Os resultados revelaram que a participação no MMC permitiu um desenvolvimento na consciência das mulheres, que passaram a reivindicar o seu direito de participação, assim como, começaram a se identificar como camponesas e reconhecer o valor de suas antigas formas de gerar conhecimento, iniciando um processo de recampesinização. Uma recampesinização ressignificada, pois agora, baseada em um campesinato alicerçado na busca da construção da equidade de gênero.

Palavras-chaves: Patriarcado. Agroecologia. Participação.

ABSTRACT

The general objective of this article was to analyze whether the participation of women in MMC / PR, through the process of empowerment and awareness that MMC provides, contributed so that they could manifest their agroecological perceptions and put them into practice. Due to the sexual division of labor historically, women have developed more ecological perceptions. However, the same culture that allowed the conservation of these knowledge, is a culture rooted in relations of oppression. Therefore, even with these knowledges, these women did not participate in productive planning. The results revealed that the participation in the MMC allowed a development in the conscience of women, who started to claim their right to participate, as well as they began to identify themselves as peasants and to recognize the value of their old ways of generating knowledge, initiating a process of recampesination. A reassigned recampesination, for now, based on a peasantry that searches for the construction of gender equity.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS), pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus Marechal Cândido Rondon. Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR), pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: regadelha@hotmail.com

² Professor, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutor em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidade de Osnabrück (Alemanha). Pós-doutor pela Universidade Johannes Kepler Linz (Áustria). E-mail: andrioli@uffs.edu.br

³ Professora, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: siomarques@uffs.edu.br

Recebido em:
09/11/2018

Aceito para publicação em:
19/03/2020

Correspondência para:
regadelha@hotmail.com

Keywords: Patriarchate. Agroecology. Participation.

Introdução

Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado da primeira autora, realizada dentro do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, da Universidade Federal da Fronteira Sul. O objetivo de nossa pesquisa foi o de analisar se a participação das mulheres entrevistadas, no Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (MMC/PR), através do processo de empoderamento e conscientização que o MMC propicia, permitindo que estas pudessem manifestar suas percepções agroecológicas e colocá-las em prática em suas unidades produtivas. Amparados por pesquisas bibliográficas, partimos do pressuposto de que as mulheres já possuíam esses saberes mais ecológicos e que era a cultura patriarcal que as impedia de manifestarem esses saberes. Sendo assim, o foco da investigação foi identificar o papel do MMC neste processo, se ele gerava alguma transformação na vida dessas mulheres, se as auxiliava a superar o patriarcado em suas relações familiares e como isso impactava no planejamento produtivo das unidades agrícolas. A empiria da pesquisa foi realizada em 2016, com cinco camponesas, de um grupo de mulheres do Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel/PR, que fazem parte do MMC/PR.

A perspectiva de desenvolvimento que imperou no Brasil, no século XX, foi a de que este seria sinônimo de crescimento econômico (FURTADO, 2000; VEIGA, 2006). Para Vandana Shiva (1998), os programas de desenvolvimento colocados em prática, nos países chamados de Terceiro Mundo, geraram uma subjugação da natureza pelos homens, já que o modelo desenvolvimentista via e agia sobre a natureza como esta sendo meramente um recurso natural, infinito e separado da humanidade, estando à sua disposição. Um desenvolvimento que não levava em consideração seus impactos ambientais e sociais. Segundo Shiva (2001), essa concepção de desenvolvimento estava ancorada na mesma lógica do período colonialista, segundo a qual, tudo o que não estivesse sob a administração e controle dos europeus era visto como ameaça (a natureza, as sociedades não ocidentais e as mulheres). Nesse sentido, tudo o que era auto-organizado “era considerado selvagem, fora de controle e não-civilizado” (SHIVA, 2001).

Desenvolvimento é uma bela palavra, que sugere evolução de dentro para fora. Até meados do século XX, foi sinônimo de evolução como auto-organização. Entretanto, a ideologia do desenvolvimento tem implicado a globalização de prioridades, padrões e preconceitos do mundo ocidental. Em vez de ser autogerado, o desenvolvimento é imposto (SHIVA, 2001).

Ou seja, esse desenvolvimento, ao invés de ser endógeno, é guiado de fora. Ao invés de contribuir para a manutenção da diversidade, ele tem gerado homogeneização e uniformidade. É nessa perspectiva que observamos no Brasil, na década de 1950, a criação de um projeto de desenvolvimento para a agricultura do país, o qual entendia que as unidades rurais autônomas (nas quais não havia necessidade de consumo de insumos e manufaturas externas) eram um empecilho para o desenvolvimento da economia nacional, justamente, por serem autônomas e autossuficientes. Esse modelo de agricultura foi considerado um entrave para a dinamização da economia, pois não movimentava o mercado interno, inviabilizando a industrialização (NETTO et al., 2010).

Na década de 1990, surgiu o termo agronegócio, o qual pode ser entendido como uma “complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários”, consolidado com o neoliberalismo, sob o controle de grupos multinacionais e que, “em aliança com o latifúndio e o Estado”, propicia a acumulação capitalista (CAMPOS, 2011). A agricultura vai se tornando um processo cada vez mais industrial e a natureza sendo assimilada a uma máquina. A cientificação do manejo dos recursos naturais seguiu o modelo da produção industrial e gerou a crença de que a fertilidade dos solos poderia ser gerada por uma química de sínteses e o solo de vivo passou a ser um mero receptáculo inerte (GUZMÁN, 2001).

A concepção de desenvolvimento rural sustentável, que surge como sendo a mais coerente, é a da Agroecologia (GUZMÁN, 2001). De acordo com Guzmán (2001), para a Agroecologia atingir sua integralidade teria que fazer uma articulação entre ciência e práxis, pois, só assim seria possível acessar

as dimensões ecológicas e sociais simultaneamente. Nesse sentido, comprehende-se que a Agroecologia expressa não apenas uma Ciência, mas um modo de vida e, também, um movimento social.

Guzmán (2001) coloca como imprescindível que as investigações agroecológicas sejam feitas através da ação participativa e que os(as) pesquisadores(as) ou extensionistas reconheçam e valorizem os saberes dos(as) agricultores(as) povos tradicionais e os(as) reconheçam como sujeitos nesse projeto coletivo de novos conhecimentos. Tendo em vista que, os(as) agricultores(as) e povos tradicionais possuem uma forma de construir o conhecimento que é muito cara à Agroecologia, pois estes geram seu saber através dos processos coevolutivos com a natureza. Os processos coevolutivos surgem da observação e da prática cotidiana desses povos que, a partir de suas necessidades materiais objetivas, aprendem a ler os sinais do ambiente e desenvolvem formas ecológicas de produção. Sendo assim, tanto a realidade desses povos, suas condições materiais objetivas e, com isso, a própria natureza, se transformam, gerando um processo de evolução mútua, onde seres humanos e natureza evoluem conjuntamente.

Desse modo, revela-se a importância em se valorizar e buscar resgatar essa estratégia de construção de conhecimentos, pois: parte da realidade e necessidades locais, logo, é mais adequada para resolver os problemas que surgem em cada local. Assim como, são estratégias que se baseiam nos recursos locais disponíveis, com isso, prescindindo do uso de insumos externos que, além de prejuízos ambientais, causam a dependência do(a) agricultor(a). Nesse sentido, além de trabalharem em diálogo com o meio ambiente, seu conhecimento não está desconectado da cultura e da ética, assim como ocorre com a ciência moderna, que preza por sua objetividade e neutralidade.

A Agroecologia quando fala em valorizar e resgatar saberes para a construção de conhecimentos que promovam o desenvolvimento rural sustentável, se refere, especificamente, a um tipo de sujeito: os(as) camponeses(as) e os povos tradicionais. Ou seja, aqueles sujeitos que guardaram saberes e práticas antigas. Segundo Ploeg (2008), o que diferencia o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura é o grau de autonomia, referente à base de recursos, às relações em que essa base de recurso está enraizada, assim como, na forma como ela é açãoada, aumentada e desenvolvida. A forma camponesa é baseada na internalização da natureza, sendo a coprodução e a coevolução centrais; há um distanciamento de mercados de insumos; há diferenciação nos produtos com reduzido grau de mercantilização; há centralidade de perícias artesanais e tecnologias baseadas em habilidades; há intensificação continuada baseada na quantidade e na qualidade do trabalho; é multifuncional; existe uma continuidade entre passado, presente e futuro; ocorre um aumento da riqueza social (PLOEG, 2008). Pesquisas sobre o campesinato nacional atestam a presença de algumas dessas características apontadas por Ploeg (2008). Como exemplo, temos os trabalhos de: Woortmann e Woortmann (1997), Antônio Cândido (2017), Garcia Jr. (1989), Diegues (2000), dentre outros.

Quando Ploeg (2008) fala sobre agricultores camponeses e empresariais, ele está falando de modelos teóricos que, dificilmente, podem ser encontrados “puros” na realidade. Nesse sentido, o autor fala em graus de campesinidade, podendo estar a família agricultora, em cada momento histórico, mais próximo do modelo camponês ou do empresarial. As características, listadas acima, caracterizariam o modelo camponês, a partir da perspectiva de Ploeg (2008). O conceito de recampesinização, trazido pelo autor, é quando uma família agricultora que, apresentava atributos mais próximos do modelo empresarial, transforma-se, e resgata características do modelo camponês.

Dentro desse contexto, temos pesquisas (ANA, ACTION AID BRASIL, 2010; BURG e LOVATO, 2007; DE BIASE e SILVA JÚNIOR, 2011; LISBOA e LUSA, 2010, MAFRA e FLORIANI, 2007; SCHOTTZ e CARDOSO, 2009; SILIPRANDI, 2009; 2007) que revelam que as mulheres camponesas e os povos tradicionais teriam preservado melhor a estratégia coevolutiva de produção de conhecimento, pois, no cultivo dos alimentos, os aspectos do cuidado se mantiveram. Segundo Lisboa e Lusa (2010), existe unanimidade na afirmação de que as mulheres desempenham um papel essencial no processo de desenvolvimento.

São as agricultoras que vão preservar as habilidades necessárias aos diferentes tipos de cultivos (...) as mulheres ‘detêm habilidades e experiências necessárias à condução de um processo de desenvolvimento humano local sustentável’,

pois são as que mais contribuem para a preservação da biodiversidade (...) (LISBOA e LUSA, 2010).

Sendo assim, percebe-se a imensa limitação da construção de um saber, que se baseie apenas na visão masculina, sem considerar a participação das mulheres. A discussão de gênero e agroecologia inicia-se no Brasil, sobretudo, a partir de textos de Maria Emilia Pacheco (1997). Contudo, temos uma importante contribuição, sobre o assunto, a partir da publicação da tese de Emma Siliprandi (2009), que aborda a trajetória de diferentes mulheres, por todo país, em sua militância no movimento agroecológico. A partir desses trabalhos, são levantadas diversas questões, antes invisibilizadas, da situação e importância da mulher no campo, para o avanço da agroecologia.

Um dos conceitos importantes para a análise dos resultados de nossa pesquisa é o de *habitus*, do sociólogo Pierre Bourdieu. O *habitus* é constituído pelo acúmulo de bens simbólicos (herdados culturalmente), que são inscritos nas estruturas do pensamento. E é através do *habitus* que os sujeitos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social. Reprodução esta, que depende tanto da ação dos sujeitos, como das instituições formadoras desses sujeitos (VASCONCELLOS, 2002).

Em “A Dominação Masculina” (2015), Bourdieu busca desvendar os mecanismos históricos responsáveis “pela des-historicização e pela eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes” (BOURDIEU, 2015, p. 1). Ou seja, busca entender como os princípios e estruturas da divisão sexual nas sociedades foram arrancados da história e concebidos como formas naturais, eternas, sem possibilidade de mudanças.

Apesar de ser uma divisão arbitrária, socialmente construída, essas relações entre os sexos são entendidas como naturais e evidentes. O reconhecimento de sua legitimidade estaria justamente nessa naturalidade, essencialidade, que é atribuída a essa divisão entre os sexos. Sendo assim, os indivíduos não percebem os mecanismos profundos que fundamentam a “concordância entre as estruturas cognitivas e as estruturas sociais” (BOURDIEU, 2015). Segundo o autor, existe uma determinada visão mítica do mundo, na qual já está enraizada a dominação masculina sobre as mulheres e, da mesma forma, a divisão sexual do trabalho na ordem social. Os princípios dessa visão mítica determinarão a construção da diferença entre os sexos biológicos, através de um “um programa social de percepção incorporada” que é aplicado no próprio corpo dos indivíduos.

Podemos observar os meios através dos quais os *habitus* foram sendo construídos, lentamente, e se solidificando nas sociedades ocidentais, até chegar aos nossos dias atuais, por meio da leitura de algumas pesquisadoras da história das mulheres.

A autora de *A Criação do Patriarcado* (1985), Gerda Lerner, revela que a desigualdade de gênero irá se aprofundar com a formação dos estados arcaicos. Segundo Lerner (1985), a opressão das mulheres antecede a escravidão e a torna possível. Uma vez que se trocam as mulheres, estas já não são mais vistas como seres humanos iguais; ao contrário, se convertem em instrumentos, sob os desejos dos homens, comparáveis a uma mercadoria.

No estudo das civilizações mesopotâmicas, Lerner (1985) identifica que a posição de classe das mulheres teria se definido através de suas relações sexuais. E isso se evidenciou com a criação da lei do véu: as mulheres respeitáveis passam a ter que usar um véu para se diferenciarem das prostitutas. As mulheres, que não estão sob a proteção e o controle sexual de um homem, são consideradas como mulheres públicas, logo, não podem se cobrir. Havia uma diferenciação jurídica entre as mulheres, que está relacionada com suas atividades sexuais e essa diferenciação está intrinsecamente ligada aos interesses econômicos do Estado, de poder regular a propriedade privada. A monogamia, prevista por lei, assegurava que a propriedade permanecesse dentro da classe rica. A esposa devia lealdade ao seu matrimônio, o marido devia lealdade ao matrimônio de outro homem (LERNER, 1985). Nesse sentido é possível observar como o domínio patriarcal se transfere do privado ao público.

Outra mudança significativa, que ocorre na história das relações de gênero, é com a chegada do monoteísmo judaico-cristão. No Gênesis, a criação da vida já não tem mais uma origem maternal, e o poder de criação e procriação já não estão mais ligados. Na Bíblia é descrito como a mulher, ao contrário do que ocorre na natureza, surge do homem, nascendo da costela de Adão. Na descrição do

pecado original, a culpa recai sobre a mulher, é Eva quem tenta Adão. Aqui, a deusa da fertilidade, o feminino, passa a simbolizar o mal, o pecado. Estes mitos, relatados na Bíblia, há mais de dois milênios, exerceiram e exercem uma influência imensa na forma de pensar, agir, na definição de valores, das sociedades herdeiras dessa cultura. A partir de agora, a inferioridade da mulher teria uma procedência divina. O que estava antes descrito em leis, como um acordo entre os homens, agora é descrito como a vontade de Deus, logo, imutável.

Durante a Idade Média, é possível perceber o imenso esforço da Igreja em tentar transformar as mulheres naquilo que ela passou a pregar que elas, essencialmente, eram: passivas, imorais, fruto e fonte do pecado, eterna submissa dos homens. Nesse período, as obras de Santo Agostinho tiveram grande influência. Segundo esse autor, a razão seria um princípio masculino, enquanto que o desejo, um princípio feminino.

A mulher, como o homem, é dotada de razão; no entanto, a parte animal, desejosa, predomina nela; ao passo que nele, o racional, portanto o espiritual, prevalece. Em consequência, o homem domina, intermediário entre Deus, fonte da sabedoria, a quem deve obedecer, e a mulher, que ele deve comandar (DUBY, 2001).

O abuso de Eva teria sido a vontade de comandar, por isso, como castigo, além da dor do parto (que é a punição do prazer carnal), as mulheres devem subordinação a todos os homens: o casamento é um castigo (DUBY, 2001).

Com o capitalismo surge uma nova dicotomia: o trabalho público (produção) e o trabalho privado (reprodução). O primeiro, sendo realizado pelos homens e valorizado, e o último, destinado às mulheres e sendo desvalorizado. O primeiro, representando o valor de troca, o mundo dos negócios e da cultura; o segundo o valor de uso, o mundo do lar, da casa, da natureza. Ou seja, há uma desvalorização crescente a tudo o que diz respeito ao privado, à mulher, ao valor de uso. As coisas passam a ter valor apenas em relação ao seu valor de troca (VIEZZER, 1989).

No capitalismo as mulheres trazem consigo toda essa herança histórica, que lhe definem como um ser inferior, com capacidades inferiores as dos homens. Esse habitus impede que a sociedade perceba a construção histórica por trás desses valores, os quais não possuem fundamentos biológicos, como o senso comum ou, até mesmo, a ciência buscaram comprovar. A sociedade capitalista se apropria dos mitos de inferiorização e subordinação das mulheres para o seu próprio fim e toma como verdade a inferioridade física e mental do sexo feminino (SAFFIOTI, 2013). As mulheres permanecem dependentes dos homens, já que não possuem autonomia econômica. Dessa forma, elas se mantêm reféns do autoritarismo masculino, assim como, das diversas formas de violência.

Por outro lado, é nesse mesmo sistema que surge a possibilidade de organização das mulheres, para uma luta específica em comum: o movimento feminista. Nesse sentido, é que veremos a possibilidade das mulheres conquistarem direitos na sociedade como nunca antes na história da humanidade.

A passagem do feudalismo para o capitalismo, as lutas e revoluções com a participação das mulheres, a necessidade do uso de mão de obra das mulheres nas indústrias, modificaram antigas formas delas se relacionarem na sociedade que, por sua vez, geraram questionamentos sobre a situação da mulher na mesma. Esses questionamentos levaram a reivindicações por direitos iguais para homens e mulheres e, também, ao surgimento dos movimentos feministas. Nesse sentido, entendemos que os conceitos de Bourdieu, apesar de conseguirem explicar como as formas de dominação se perpetuam de geração a geração, não conseguem explicar como e porque uma ruptura, uma mudança, no *habitus* ocorre na sociedade. Ou seja, como explicar o surgimento dos movimentos feministas, nos quais as mulheres rompem com o *habitus* de subordinação e passam a questionar a sua inferioridade imposta pela cultura patriarcal?

Sendo assim, entendemos que o processo de consciência apresenta um papel fundamental nessas modificações da cultura, na sociedade. Ou seja, não seriam apenas as transformações materiais, das relações entre homens e mulheres na sociedade, nem a tomada de consciência separada dessas

transformações, mas as duas juntas, que propiciariam uma modificação estrutural nas relações de gênero.

O processo de conscientização, segundo Freire (1987) e Iasi (1999), é o meio através do qual os seres humanos avançam na busca de sua libertação, pondo fim à sociedade opressora. Entendemos que é por meio do processo de consciência, descrito por estes autores, que as mulheres avançam em suas lutas e têm a possibilidade de se emanciparem, cada vez mais, rumo a uma sociedade mais justa.

Segundo Freire (1987), a consciência se forma com a intencionalidade, na comunicação. É apenas na comunicação que a vida humana ganha sentido. Um pensar só é autêntico na autenticidade de outro pensar, mediatizados pela realidade, ou seja, na intercomunicação. Nesse sentido, o pensar consciente não poderia ser imposto. A consciência é sempre ser “consciência de”, seja intencionada a objetos, seja voltando-se sobre si mesma (FREIRE, 1987). Quando os seres humanos passam a refletir sobre eles mesmos e o mundo, seu campo de percepções aumenta e o que antes estava apenas presente em suas mentes, começa a ser percebido de outra forma.

O que antes já existia como objetividade, mas não era percebido em suas implicações mais profundas (...), se “destaca” e assume o caráter de problemas, portanto, de desafio. A partir deste momento, o “percebido destacado” já é objeto da “admiração” dos homens, e, como tal, de sua ação e de seu conhecimento (FREIRE, 1987).

E só é possível chegar a esse processo de conscientização através do diálogo, da comunicação, que faz parte do próprio ato cognoscente da consciência, o único meio de possível desvelar a realidade, desmistificando-a.

Iasi (1999) divide o processo de consciência em algumas formas. Na primeira, prevalece “a percepção da parte pelo todo, em que o que é vivido, particularmente como uma realidade pontual, torna-se ‘a realidade’ (ultrageneralização)” (IASI, 1999). Essa forma de consciência ainda não se coloca como problema “familiar” e assume como naturais e imutáveis determinadas relações que regem e organizam nossa sociedade. Essa consciência pode ser superada e isso ocorre, justamente, devido às contradições que começam a surgir entre a realidade objetiva e o discurso ideológico. Novas relações surgem e o indivíduo não consegue mais explicá-las com a antiga ideologia e os antigos valores, o que leva a uma crise. A partir disso, surge a “segunda forma de consciência”: a consciência em si: o início da superação da alienação e que só ocorreria quando o indivíduo passa a fazer parte de um grupo. Pois, identificar uma injustiça na sociedade de forma individual, pode levar a um questionamento do indivíduo sobre os valores e normas dessa sociedade, mas não a sua convicção de que seja preciso buscar a transformação desses valores e normas. Assim como, não leva à prática. A consciência em si, seria então a consciência de reivindicação (IASI, 1999).

A superação da opressão só é possível pela práxis porque isso só ocorre com a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, objetivando-a e atuando sobre ela. Ou seja, quando a ação é mais do que só “um puro fazer”, mas é um fazer que possui um sentido, uma reflexão anterior sobre “o que fazer” e “porque” fazer (FREIRE, 1987).

Sendo assim, vemos aqui o papel fundamental dos movimentos sociais nesse processo de conscientização das pessoas. Pois, se as estruturas formadoras dos indivíduos na sociedade (escola, igreja, família), ainda estão sob a influência das formas de dominação concretas e ideológicas das elites, então, é apenas com o trabalho de base questionador dos movimentos sociais, que as pessoas podem começar a descobrir as tramas do mundo opressor em que vivem e passar a lutar por transformações.

O Movimento de Mulheres Camponeras (MMC) é um exemplo de movimento social feminista que trabalha com a construção do processo de consciência na vida das mulheres camponeras. O MMC nasce em 2004, com a unificação de diversos movimentos autônomos de mulheres rurais em todo o país. Todavia, estes movimentos autônomos têm existência mais antiga, a maioria tendo sido criada na década de 1980. Esse é o caso do MMC/PR, que teve suas origens no MPMP (Movimento Popular de

Mulheres do Paraná). A unificação, em 2004, ocorre com o objetivo de fortalecer a luta. Desde a década de 1980, já começam a ocorrer diversas articulações entre os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais: articulações regionais e até nacional. Todavia, a unificação mesmo ocorrerá apenas em 2004 (GADELHA et al., 2017).

Esses diferentes movimentos possuíam pautas em comum e a unificação permitiria uma coesão maior para um enfrentamento mais eficaz. Em todos esses movimentos estava presente a luta contra a opressão de gênero, de classes e, também, a preocupação com a saúde e o meio ambiente. Sendo assim, as militantes destes diferentes movimentos, a partir de muita reflexão e debate, compreendem que a identificação como camponesas e não mais, apenas, como trabalhadoras rurais, traria um significado mais profundo para a identidade do movimento. Pois, ao falar em campesinato falamos em um modo de vida e não apenas em um modo de produção. Nesse modo de vida, para o MMC, estão inseridos diversos valores, dentre eles: o respeito e diálogo com a natureza, a cooperação entre os seres humanos, a busca pela qualidade de vida e não apenas o lucro. E, por ser um movimento feminista, o MMC busca construir um novo campesinato, não mais pautado nas relações de opressão de gênero, mas na equidade entre os diferentes sexos.

Sendo assim, com a formação do MMC teremos como uma das suas principais bandeiras (articulada com a luta pela equidade de gênero) a luta pela soberania alimentar, contra as monoculturas, agrotóxicos e transgênicos. Como prática, o MMC incentiva o diálogo entre as participantes, a partir dos conflitos/dificuldades reais que essas mulheres vivenciam, sua problematização e busca das raízes desses problemas, tanto no plano micro como no macro da sociedade. Nesses diálogos as mulheres se sentem seguras para expor suas histórias de vida e, com isso, se conscientizam das relações nas quais estão inseridas e, fortalecidas pelo grupo, tomam coragem para buscar mudanças.

Metodologia

Tendo em vista as questões abordadas, anteriormente, o objetivo de nossa pesquisa foi analisar se a participação de mulheres no MMC/PR estava contribuindo para o avanço da consciência delas e, com isso, permitindo que as mesmas pudessem manifestar suas percepções agroecológicas e colocá-las em prática em suas unidades produtivas. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres pertencentes ao MMC/PR, através da metodologia da história de vida (SILVA et al., 2007; PAULILO, 1999; BECKER, 1993), no primeiro semestre de 2016. As participantes são todas residentes do Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel/PR. Os nomes apresentados neste trabalho são fictícios, para preservar a privacidade das entrevistadas.

O critério de escolha das integrantes foi que as mesmas estivessem participando, ativamente, das atividades do MMC PR, na época. Algumas informações sobre as camponesas entrevistadas seguem na tabela a seguir:

Tabela 1: Perfil das camponesas do MMC PR entrevistadas, 2016

| Camponesa | Idade | Filhos | Estado civil | Origem | Escolaridade |
|-----------|-------|--------|--------------|--------|------------------------------------------|
| Eva | 43 | 2 | Casada | PR | Superior Completo |
| Ana | 61 | 2 | Viúva | RS | Alfabetizada |
| Maria | 38 | 3 | Casada | PR | Superior Completo |
| Marina | 40 | 4 | Separada | PR | Cursava EJA, ensino fundamental na época |
| Orquídea | 65 | 6 | Casada | SC | Alfabetizada |

Para Paulilo (1999), através da metodologia de história de vida é possível compreender o que ocorre na relação do individual com o social, assim como, permite ao entrevistado reconstruir o passado com uma visão total de seu conjunto. A autora afirma que se trata de um instrumento privilegiado, pois “permite o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais, assim como a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos” (PAULILO, 1999).

Para aplicar a metodologia de história de vida, Becker (1993) explica que o pesquisador deve manter o sujeito orientado para os temas nos quais a pesquisa está interessada, questioná-lo sobre os acontecimentos que exigem aprofundamento, deve tentar fazer com que a história contada acompanhe os assuntos dos registros oficiais e os materiais fornecidos por outras pessoas familiarizadas com os indivíduos, acontecimentos ou lugares descritos. O procedimento principal da metodologia de história de vida são as entrevistas (que, em nosso caso, foram gravadas e transcritas). A análise dos dados buscará explicitar as informações e significados pertinentes contidos nas entrevistas. A análise foi feita a partir dos conceitos operacionais e indicadores descritos abaixo.

Os conceitos operacionais que foram utilizados na pesquisa foram dois: percepções agroecológicas e cultura patriarcal. Para identificar se as percepções das mulheres camponesas são/eram agroecológicas partimos de indicadores com base em Sevilla Guzmán (2001), Altieri (2004) e Moreira e Carmo (2004).

A percepção dessas mulheres, para ser agroecológica, deveria ser favorável aos seguintes aspectos: 1. Manejo ecológico dos recursos naturais com base no potencial endógeno da propriedade: a) utilizam formas de adubação com materiais oriundos da própria propriedade (biomassa das plantas, adubação verde, esterco/urina); b) controle biológico natural de insetos e doenças (aumento dos agentes de controle natural com o incremento da biodiversidade ou uso de caldas ou outras estratégias naturais); c) diversificação produtiva temporal (rotações), espacial (policultivos, agroflorestas, sistemas mistos plantio com criações de animais), genética (utilização de sementes crioulas); e d) criação de animais com a preocupação com o bem-estar animal; utilização de homeopatia na criação animal. 2. Estratégias produtivas e reprodutivas: a) produção para autoconsumo; b) produção de ervas medicinais; c) trocas de saberes com outras camponesas; e d) participação de mutirões nas áreas produtivas. 3. Estratégias de comercialização: a) circuitos curtos de comercialização (feiras); e b) participação em associações ou cooperativas.

E a percepção das mulheres camponesas para ser agroecológica deveria ser desfavorável aos seguintes aspectos: 1. Manejo do agroecossistema: a) Uso de fertilizantes sintéticos; b) Uso de agrotóxicos; c) Uso de sementes transgênicas; d) Plantação de monoculturas; e e) Criação de animais confinados sem preocupação com o bem-estar animal. 2. Estratégias produtivas e reprodutivas: a) Produção apenas para venda; b) Produção visando apenas o lucro; e c) Compra de tudo o que consome nos mercados e farmácias.

Para identificar se as mulheres camponesas são/eram afetadas pelo patriarcado, utilizamos os seguintes indicadores. Foram consideradas que estavam sendo afetadas pela cultura patriarcal se: 1. Apenas as mulheres realizarem os serviços domésticos: limpeza da casa, lavagem das roupas, cuidado com crianças e idosos, preparo das refeições. 2. For impedida a participação da mulher em algum trabalho na propriedade. 3. Se a mulher for impedida de participar de associações, sindicatos, movimentos sociais, etc. 4. Se a mulher for impedida de trabalhar fora de casa. 5. Se a mulher for impedida de participar da comercialização dos produtos da propriedade e da administração econômica. 6. Se a mulher não participar das tomadas de decisão no âmbito da área produtiva e da família como um todo. 7. Se a mulher sofrer qualquer tipo de violência: física, psicológicas (humilhações, ameaças, insultos, etc.); patrimonial e econômica. 8. Se as mulheres não participarem das atividades de assistência técnica. 9. Se as mulheres acreditarem que existem papéis e condutas específicas das mulheres que diferem das dos homens (tipos de trabalho a ser executados: dentro e fora da propriedade; forma de se comportar). 10. Se as mulheres acreditarem que os homens são superiores às mulheres em relação à inteligência ou em relação a outros aspectos que justificaria dar-lhes sempre o poder de decisão sobre os rumos da propriedade e da família e de submeter-se a suas ordens. A partir desses dois conceitos operacionais e dos indicadores que os definem, buscamos analisar se as mulheres camponesas possuíam/possuem percepções agroecológicas de sua propriedade e se estavam/estão inseridas em

relações de dominação patriarcal. A partir disso, foi possível identificar se as relações de dominação masculina impediam a manifestação das percepções agroecológicas das mulheres camponesas e de sua participação na tomada de decisões do processo produtivo e de comercialização e também de que forma isso ocorria/ocorre.

Esses dois conceitos foram aplicados na análise de dois momentos: antes e depois da entrada das mulheres no MMC. Dessa forma, poderíamos ter as informações para responder nosso objetivo geral: saber se a relação com o manejo produtivo e as relações de gênero se modificaram na vida dessas mulheres após sua participação no movimento. Ou seja, se a entrada no MMC permitiu que essas mulheres pudessem expressar suas opiniões e percepções, sobre o manejo produtivo, na sua unidade familiar de produção. E, para responder a esse objetivo geral, antes, buscamos responder a dois objetivos específicos: a) identificar como eram as relações de gênero na vida dessas mulheres, antes e depois, de entrarem no MMC. O que se modificou e por quê?; e b) identificar como era a percepção sobre a produção agropecuária dessas mulheres antes e depois de entrarem no MMC?

Resultados

A partir da análise dos resultados, pode-se afirmar que a participação no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) foi crucial para o processo de conscientização das mulheres entrevistadas. Em todos os casos o movimento levou à conscientização e ao empoderamento dessas mulheres. Esse processo de conscientização foi o meio, através do qual, essas mulheres conseguiram argumentos e coragem para dialogar com seus companheiros para buscarem outras formas de produzir, resgatando as antigas estratégias ecológicas de produção do campesinato.

Segundo D. Orquídea, antes, ela não tinha autonomia, afirma que sofria calada. Hoje ela questiona, dialoga. No seu caso, ela já havia conquistado certa autonomia pela necessidade de trabalhar fora de casa, administrar o próprio dinheiro. Mas, isso não foi suficiente para que ela questionasse as relações de gênero dentro e fora de casa. Foi apenas com a entrada no MMC que ela começou a questionar, tomar coragem e buscar transformações. Ou seja, apenas o empoderamento econômico (LEÓN, 2016) não é o suficiente para que a mulher desenvolva um processo de conscientização, de autoestima, de reivindicação. Foi apenas com a entrada no MMC, que D. Orquídea deu início ao seu processo de conscientização.

Ela já exercia funções que, supostamente, seriam feitas apenas pelo marido: trabalhar fora de casa, ter um trabalho remunerado. Mas ela não participava das decisões sobre os processos produtivos dentro de sua unidade familiar. Ou seja, ela tinha os mesmos “deveres”, mas não os mesmos “direitos”, que o marido. Ao entrar no MMC, essa contradição se torna consciente e a reflexão que passa a ser feita, sobre esta situação, a revela como opressora. Essa constatação leva ao desejo de mudança, ao desejo de humanizar-se, de ter os mesmos direitos.

No âmbito rural, nós temos uma contradição explícita das sociedades baseadas na dominação masculina. As sociedades se fundam na divisão do que é masculino e o que é feminino: desde formas de se vestir, se comportar, falar, como as tarefas a serem executadas. Nas comunidades rurais existe uma ruptura nessa lógica. Já que as mulheres passam a realizar tarefas que (mesmo sendo consideradas apenas como ajuda), supostamente, deveriam ser, exclusivamente, masculinas. Sendo assim, surge a pergunta: se eu posso ajudar meu marido na lavoura, porque ele não pode me ajudar com os serviços domésticos, com o cuidado com os filhos?

E é exatamente esse, um tipo de questionamento, que o MMC traz em seus encontros e discussões, levando as mulheres a avaliarem suas próprias vidas e reconhecerem essas contradições. Com isso, o movimento propicia a passagem da forma de consciência alienada para a consciência em si, a reivindicativa (IASI, 1999). Fortalecidas em grupo, essas mulheres passam a reivindicar mudanças dentro de casa.

Na história de vida de Eva, o movimento trouxe novas perspectivas. Um ponto que só se resolveu com a entrada no MMC foi em relação à tomada de decisões, quanto ao uso do dinheiro e do planejamento da propriedade.

[A administração financeira] foi um problema que nós tivemos a vida inteira. O machismo que imperou foi neste sentido. Ele não me consultava para fazer as coisas, os investimentos, os créditos. Eu me sentia rejeitada. E isso durou muito tempo. Até que a gente quase separou por causa disso e daí que a gente foi conversar (Eva, integrante do MMC/PR).

Elá afirma que isso era um problema que sempre a incomodou, mas foi só quando começou a fazer parte do MMC que conseguiu juntar forças, argumentos e coragem para, enfim, convencê-lo de que o que ele estava fazendo, não estava certo.

Podemos observar aqui o processo a partir do qual Eva vai lutando para se constituir como sujeito. Para poder fazer parte das tomadas de decisões de todos os assuntos que envolvem a família e a propriedade agrícola. É a luta para ter voz, para ter autonomia e poder participar de decisões que fazem parte da construção de sua própria história de vida. E essa necessidade de humanização só surge a partir das vivências, diálogos, que ela tem dentro do MMC. Ou seja, quando ela começa a colocar a sua própria vida em perspectiva e passa a percebê-la de outra forma, com isso, avança para um processo de consciência maior de sua situação de opressão (FREIRE, 1987).

Percebemos nas falas dessas camponesas, elementos de um avanço em seus processos de conscientização que as motivam a realizar transformações em suas vidas, ou seja, reflexões que incidem na prática e vice versa, ou seja, práxis. Alguns elementos encontrados nessa pesquisa são: a conscientização das opressões, às quais elas estavam sujeitas; o retorno aos estudos; o início do diálogo com o parceiro, tomando coragem para colocar suas opiniões e discordar das dele; participar da esfera financeira da economia familiar, do planejamento da propriedade; refletir sobre e buscar introduzir a divisão do trabalho doméstico com os integrantes da família; participação política no movimento e na comunidade; autonomia pessoal, independência; a consciência de que não são propriedade de ninguém, de que não precisam de uma figura masculina, para serem pessoas completas, capazes e dignas. Ou seja, percebemos a construção de verdadeiros sujeitos: "Primeiro eu me reconheço, para poder sonhar coletivamente, reconheço que sou parte do processo" (Eva, integrante do MMC/PR).

Todas as camponesas entrevistadas, sem exceção, tiveram no passado e juventude, uma forma de vida, logo, também de produção, que pode ser definida como camponesa, correspondendo com os princípios da agroecologia. Isso só foi se modificar com a mudança para o Reassentamento. As características principais dessa forma de produção e de vida eram: utilização de sementes crioulas; a não utilização de adubos externos à propriedade; a não utilização de venenos/agrotóxico; a realização de rotação de culturas; a realização da diversificação de culturas; a produção era voltada para o autossustento; pluriatividade; cooperação; troca de conhecimentos; autonomia.

Todavia, embora as mulheres participassem de todos os trabalhos, elas não participavam das tomadas de decisões maiores como: mudanças de cidade, onde e como seria investido o dinheiro, nem o que seria plantado na lavoura. Sua tomada de decisão envolvia apenas aqueles espaços que são específicos seus: tarefas domésticas e as que ocorrem ao redor de casa (horta, criação de pequenos animais, pomares, ervas medicinais, produção de leite).

O intenso processo de luta dos atingidos pela barragem de Salto Caxias levou a conquista de terras no Reassentamento em Cascavel. Neste processo de mudança, as mulheres relatam que não trouxeram nada da antiga produção para essa nova que se iniciaria. Animais e sementes teriam que ser todos adquiridos novamente. O ambiente que elas se depararam no reassentamento era totalmente diverso do que haviam vivido até então. As possibilidades de comercialização se expandiram. As terras onde foi construído o reassentamento eram antes uma imensa fazenda onde se utilizavam agrotóxicos, maquinários pesados, monocultivos e fertilizantes sintéticos.

Tudo isso influenciou para a mudança na forma de produzir. Sendo assim, as famílias dessas mulheres começaram a se aproximar da forma empresarial de fazer agricultura, buscando financiamentos, cultivando soja e milho, ou produzindo leite para grandes laticínios. A grande dependência dos insumos e serviços externos gerou a necessidade de financiamentos. Havia uma dependência muito grande de que a produção fosse boa, pois a monocultura se tornou a única fonte de renda. Havia a dependência da compra de inovações tecnológicas, necessidade do aumento de escala da produção (ficando sujeitos ao squeezze (PLOEG, 2008)), que torna os preços pagos mais baixos aos agricultores que estão vinculados ao agronegócio); os próprios insumos ou animais comprados eram de qualidade menor e tinham uma expectativa de vida/duração menores. Todos esses fatores levam para um caminho em comum: o endividamento.

Maria conta que depois de apostarem na lavoura de soja, eles tentaram a criação de vacas leiteiras:

Tirava o sustento da família do leite. Mas chegou um momento em que a gente não conseguiu mais equilibrar. Por que a roça não produzia mais, as vacas começaram a dar problemas, porque eram vacas de inseminação. A gente começou a se desequilibrar na questão das contas, a ficar devendo. Começou a virar uma bola de neve (Maria, integrante do MMC/PR).

Foi quando Maria conseguiu entrar na universidade pelos movimentos sociais, conheceu o Movimento de Mulheres Camponesas e a história começou a tomar outro rumo. Ela nos conta que foi com sua entrada na faculdade, conhecendo diversos movimentos sociais, que ela começou a perceber que havia alternativa à forma como eles vinham produzindo. Mas, que para seguir esse caminho alternativo seria preciso buscar muita informação e convencer o marido também. Foi na universidade que Maria começou a fazer parte do movimento. Como ela entrou no curso pelos movimentos sociais, neste curso, que era por alternância, era necessário estar vinculada a algum movimento social. Na época, ela ingressou como CRABI (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu), como esta comissão se desfez com a consolidação do reassentamento, o movimento social que ela mais se identificou, na época, foi o das Mulheres Camponesas. Dessa forma, Maria iniciou um trabalho com o grupo de mulheres, já existente no reassentamento, através dos conhecimentos que adquiria com o MMC. Com isso, acabou formando um grupo do MMC no reassentamento.

Maria conta que, em uma das formações do MMC, da qual ela participou, foi realizado um intercâmbio em uma propriedade de uma camponesa em Marema/SC. Nesse sítio, a camponesa cultivava tudo de forma agroecológica, retirava todo o sustento da família. Com isso, ela voltou enriquecida desse intercâmbio, ao ver toda aquela produção saudável. Ela afirma que teve uma imensa conscientização de que se continuassem cultivando da forma como estavam fazendo, eles iriam se endividar mais e perder a terra. E, nesse momento, houve dificuldades em convencer o marido. O marido de Maria, no início, achava que era impossível fazer a produção de forma agroecológica. Mas, conforme ela foi trazendo diversos materiais informativos, ele foi percebendo que era possível fazer uma produção agroecológica e melhorar consideravelmente a saúde da família.

No caso de Eva, ela conseguiu convencer o marido, graças à discussão anterior sobre sua participação nas tomadas de decisão no planejamento produtivo. Hoje eles estão no processo de transição agroecológica, participando de um projeto do (agora extinto) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no qual eram ministrados cursos de gado leiteiro a pasto, homeopatia, produção orgânica e agroflorestas.

As análises demonstram que várias práticas são resgatadas com a entrada dessas mulheres no MMC, como as trocas de conhecimentos, de mudas e sementes crioulas; a diversificação da produção; a consciência de como os agrotóxicos causam danos para suas famílias e o meio ambiente. Assim como, a possibilidade de se inventar formas alternativas para a prevenção de ataques de insetos ou doenças; a existência de mercados para a produção diversificada; a consciência da luta de classes que está por trás da forma que se opta em fazer agricultura, e como a agroecologia surge como uma forma de resistência e luta.

É através do processo de consciência dessas mulheres, que elas podem ter novas perspectivas para a produção agrícola. Ou seja, elas serão os sujeitos chave para o processo de recampesinização, através das formações feitas junto ao MMC. Mas, isso só será possível, se esse campesinato for ressignificado: se as relações de autoritarismo do patriarcado dentro da família forem convertidas em relações de diálogo, na busca pela equidade de gênero.

Considerações Finais

Observamos que o processo de recampesinização, que é o resgate de práticas da forma de fazer agricultura camponesa (PLOEG, 2008), quando impulsionado pela participação no MMC, ocorre através de uma ressignificação do campesinato: a busca da extinção das desigualdades de gênero e do fim do machismo nas relações. Pois, como é a mulher que traz a novidade para a casa (a proposta para a transição agroecológica), se o respeito e o reconhecimento da necessidade da participação da mulher, em todos os processos de decisão, não tiverem sido construídos pelo parceiro, a mudança não se concretiza, pois o parceiro não aceita a ideia, a opinião da mulher. É porque o movimento discute, mutuamente, tanto as questões relativas às relações de gênero, como as da agroecologia, que se torna possível uma recampesinização, de um campesinato ressignificado, onde se busca a equidade nas relações de gênero.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento: 001.

Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ANA; ACTION AID BRASIL. **Mulheres e Agroecologia**. Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras. Vol. 1. Rio de Janeiro, 2010.
- BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- BURG, I. C; LOVATO, P. E. Agricultura Familiar, Agroecologia e Relações de Gênero. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.
- CAMPOS, C. S. S; **A Face Feminina da Pobreza em Meio à Riqueza do Agronegócio**. Trabalho e Pobreza das Mulheres em Territórios do Agronegócio no Brasil – O caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 12ª edição. São Paulo, Rio de Janeiro: Edusp, 2017.
- DIEGUES, A. C. (org.). **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. COBIO – Coordenadoria da Biodiversidade. NUPAUB – Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – Universidade de São Paulo, 2000.
- DE BIASE, L; SILVA JÚNIOR, R. D. Inclusão do Protagonismo Feminino na Agroecologia: um olhar para as diferenças e complementariedades de gênero. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Fortaleza/CE – 12 a 16/12/2011. **Cadernos de Agroecologia** – vol. 6, n. 2, 2011.
- DUBY, G. **Eva e os Padres**. Damas do século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento**. Enfoque Histórico-Estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GADELHA, R. R. et al. História das Origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016). **Revista Ártemis**, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, pp. 180-195, 2017.
- GARCIA JÚNIOR, A. R. **O Sul**: Caminho do Roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.
- GUZMÁN, E. S. **Bases Sociológicas de la Agroecología**. Encontro Nacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Botucatu: UNESP, 2001.

- IASI, M. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.
- LEÓN, M. **Poder y Empoderamiento de las Mujeres**. Disponível em: www.mujeresforjadorasdedesarrollo.files.wordpress.com/2013/11/m-lec3b3n-versic3b3n-final-nov-10-2013.pdf. Acesso em: 10 de jun. 2016.
- LERNER, G. **La Creación Del Patriarcado**. Editorial Crítica, 1985.
- LISBOA, T. K; LUSA, M. G. Desenvolvimento Sustentável com Perspectiva de Gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 336, 2010.
- MAFRA, M. S. H; FLORIANI, G. S. Gênero e Desenvolvimento: reflexões metodológicas. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, 2007.
- MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na Construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n.2, p. 37-56, 2004.
- NETTO, C. G. M; et al. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
- PACHECO, M. E. L. Sistemas de Produção: uma perspectiva de gênero. **Revista Proposta**. Ano 25. N° 71, 1997.
- PAULILO, M. A. S. Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. **Estudos Sociais em Revista**. Vol. 2, n. 2 (Jul./Dez. 1999), p. 135-148. Londrina: Ed. UEL, 1999.
- PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes**. Mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SCHOTTZ, V; CARDOSO, E. Intercâmbio e Sistematização de Experiências Agroecológicas de Mulheres. Resumos do VI CBA e II CLAA. **Rev. Bras. De Agroecologia**, Vol. 4, No. 2, 2009.
- SHIVA, V. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- SHIVA, V. As Mulheres na Natureza. pp.161-178. In: ROMERO, M. X. A. (org.) **Ecología y Feminismo**. Granada: Ecorama, 1998.
- SILIPRANDI, E. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, 2007.
- SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia**: a Construção de Novos Sujeitos Políticos na Agricultura Familiar. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.
- SILVA, A. P. et al. "Conte-me Sua História": reflexões sobre o método de História de Vida. **Revista Mosaico**, Vol. I, nº 1, 25-35. 2007.
- VASCONCELLOS, M. D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no. 78, 2002.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável. O desafio do Século XXI**. São Paulo: Garamond, 2006.
- VIEZZER, M. **O Problema Não Está na Mulher**. São Paulo: Cortez, 1989. WOORTMANN, E; WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.